

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

O SUBFINANCIAMENTO DO SNS EM 2021, E AS DIFICULDADE CRESCENTES DO SNS PARA RESPONDER À PANDEMIA E ÀS DOENÇAS NÃO-COVID POR FALTA DE RECURSOS O QUE CONTRIBUI PARA AGRAVAR A CRISE DE SAÚDE PÚBLICA E A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

O país enfrenta uma grave crise de saúde pública causada pelo COVID que está a determinar uma grave crise económica e social, e grande insegurança em todos os portugueses que temem pelo seu futuro e dos seus familiares, e que põe em risco a recuperação económica, condenando-o ao atraso e retrocesso. Nesta luta contra a grave crise de saúde pública, económica e social, e contra a insegurança generalizada que domina toda a população, o SNS é um fator chave. Dotá-lo dos meios necessários, quer financeiros quer humanos, devia ser a principal preocupação do governo. Mas o que assistimos é precisamente o contrário como prova a execução do orçamento do SNS até maio/2021 que o Ministério das Finanças (DGO) acabou de divulgar. **A obsessão do défice continua-se a sobrepor-se à necessidade de defender a saúde dos portugueses, pois o governo continua a recusar dotar atempadamente o SNS dos meios que este necessita para enfrentar a grave crise de saúde pública, pois a pandemia continua a alastrar no país.** E não são as previsões irrealistas e otimistas do Banco de Portugal de Centeno sobre a economia portuguesa nem a “bazuca” que alteram a realidade.

O GOVERNO CONTINUA A NÃO DOTAR O SNS DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA ESTE COMBATER A PANDEMIA E AS DOENÇAS NÃO CONVID OBRIGANDO O SNS A ENDIVIDAR-SE ENORMEMENTE

Em plena pandemia, o governo aprovou um orçamento para o SNS em 2021 que é profundamente irrealista e mostra a pouca preocupação que lhe merece a saúde pública e, por arrasto, a profunda crise económica e social em que o país está mergulhado devido ao COVID. Para concluir isso, basta analisar os dados divulgados recentemente pelo Ministério das Finanças constantes do quadro 1.

Quadro 1 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Janeiro a Maio de 2020 e de 2021						
RÚBRICAS	Execução 2020 Milhões €	Orçamento 2021 Milhões€	Previsão aumento 2020/2021 %	Execução jan/maio 2020 Milhões €	Execução jan/maio 2021 Milhões €	A realidade 2020/2021 (jan/maio) Aumento %
Receita corrente	11 110	11 299	1,7%	4 640	4 524	-2,5%
Receita fiscal	102	122	19,5%	57	27	-52,3%
Impostos indiretos	102	122	19,5%	57	27	-52,3%
Outras receitas correntes (transferencias do O.E.)	11 008	11 177	1,5%	4 583	4 496	-1,9%
Receita de capital	52	216	318,0%	21	22	7,7%
Receita efectiva total	11 162	11 515	3,2%	4 661	4 546	-2,5%
Despesa corrente	11 191	11 311	1,1%	4 500	4 858	8,0%
Despesas com o pessoal	4 680	4 814	2,9%	1 932	2 121	9,8%
Remunerações Certas e Permanentes	3 125	3 228	3,3%	1 308	1 376	5,2%
Abonos Variáveis ou Eventuais	697	697	0,0%	268	355	32,4%
Segurança social	858	888	3,6%	356	390	9,5%
Aquisição de bens e serviços	6 362	6 412	0,8%	2 469	2 663	7,9%
Produtos vendidos em farmácias	1 472	1 517	3,1%	641	616	-3,9%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos	1 428	1 418	-0,7%	529	665	25,7%
Parcerias público-privadas (PPP)	307	289	-5,7%	127	126	-0,6%
Aquisição de bens (compras inventários)	2 236	2 294	2,6%	819	868	6,0%
Outras aquisições de bens e serviços	921	894	-2,9%	353	388	10,0%
Juros e outros encargos	2	1	-46,7%	1	1	0,0%
Transferências correntes	145	66	-54,7%	97	70	-27,8%
Outras despesas correntes	3	18	527,6%	2	3	70,6%
Despesa de capital	263	293	11,5%	92	65	-29,6%
Investimentos	262	273	4,2%	92	65	-29,7%
Transferências de capital	1	20	3820,0%	0	0	
Despesa efectiva total	11 454	11 604	1,3%	4 592	4 923	7,2%
Saldo global	-292	-89	-69,5%	69	-377	-643,7%

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

Os dados do quadro 1 são os que foram divulgados pela DGO do Ministério das Finanças referentes à execução do Orçamento do Estado nos cinco primeiros meses de 2021 (até maio).

As três primeiras colunas que estão a amarelo revelam que a despesa total, em 2020, do SNS foi 11.454 milhões €, e a prevista para 2021 é apenas de 11.604 milhões €, ou seja, só mais 1,3%.

Se compararmos a despesa nos 5 primeiros meses de 2021 com a dos 5 primeiros meses de 2020 (colunas a laranja) conclui-se que ela aumentou em 7,2%, portanto um ritmo de crescimento percentual 5,5 vezes superior ao previsto no orçamento do SNS aprovado pelo governo que é apenas 1,3%. E com o reduzido aumento de receita de receita do SNS previsto para 2021, o próprio governo previa um défice de 89 milhões € (linha a vermelho) este ano. Este irrealismo das previsões do governo, associado a transferências ainda menores de fundos nos primeiros cinco meses de 2021, quando comparado com igual período de 2020 (-2,5%), determinou que, só nos 5 primeiros meses de 2021, o SNS acumulou um saldo negativo de 377 milhões €, que é 4,2 vezes superior ao défice previsto no orçamento do SNS aprovado pelo governo para todo o ano de 2021. Se se mantiver o ritmo de crescimento do défice verificado nos primeiros 5 meses de 2021, o SNS terminará este ano com um enorme défice de 904,8 milhões que se adicionará à enorme dívida que já tem aos fornecedores privados como se mostrará seguidamente utilizando também dados divulgados pelo próprio governo. É assim também que se destrói o SNS e se promove o negócio lucrativo privado da saúde em Portugal.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

O SNS TEM FUNCIONADO À CUSTA DE UM ENDIVIDAMENTO VERTIGINOSO AO SETOR PRIVADO QUE É UM FONTE DE LUCROS ACRESCIDOS PARA ESTE, MAS QUE SAI CARO AOS PORTUGUESES E AO PAÍS

A dívida das entidades do SNS aos fornecedores privados com mais de 90 dias é apenas uma parte da dívida total do SNS. E é só esta que é divulgada na informação mensal sobre a execução do Orçamento do Estado pela Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças. E mesmo esta cresceu de uma forma exponencial nos primeiros cinco meses de 2021 como mostra o quadro 2

Quadro 2 - Dívidas por pagar há mais de 90 dias (Consolidado) - milhões €

Subsector	2020	2021					
	dez.	jan	fev	mar	abr	mai	dez.20-mai.21
Admin. Central excl. Subs. Saúde	26	34	35	34	43	38	47,1%
Subsector da Saúde	3	3	4	5	5	5	67,7%
Hospitais EPE	147	208	246	312	390	481	225,9%
SOMA	176	245	284	351	438	524	197,0%

FONTE: Informação Estatística - Síntese execução Orçamental - junho 2021 - DGO - Ministério das Finanças

Entre dez.2020 e mai.2021, a dívida do SNS com mais de 90 dias das entidades constantes do quadro anterior aumentou de 176 milhões € para 524 milhões €, ou seja, 197% (2,8 vezes). Mas esta é apenas uma parte (menor) da dívida total do SNS a fornecedores privados. Segundo dados divulgados no Portal da transparência do SNS, a dívida total das entidades do SNS a fornecedores é muito mais elevada (q.3)

Quadro 3 - Dívida Total e Dívida vencida das unidades do SNS

PERIODO	Dívida Total (Fornecedores Externos)	Dívida Vencida (Fornecedores Externos)
Dezembro de 2020	1 516 129 106 €	619 234 404 €
Maio de 2021	1 907 039 599 €	1 060 539 507 €

FONTE: Portal de transparência do SNS

A dívida total do SNS a fornecedores privados aumentou, entre dez.2020 e maio de 2021, em 5 meses apenas, de 1.516 milhões € para 1.907 milhões €. Um aumento e uma dívida enorme que põe em causa o próprio funcionamento do SNS, e que o coloca à mercê dos privados que têm assim com um enorme poder para impor condições e preços ao SNS, já que este está sufocado com dívidas. O quadro seguinte, com dados divulgados pelo próprio SNS, completa o anterior, pois dá uma informação clara do endividamento das principais unidades do SNS

Quadro 4- Dívidas das principais unidades hospitalares do SNS em Maio de 2021

UNIDADES DO SNS (apenas 15 das 55)	Dívida Total a Fornecedores Externos
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, EPE	116 265 127 €
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE	148 070 200 €
Centro Hospitalar de Lisboa - Zona Ocidental, EPE	116 265 127 €
Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE	90 513 328 €
Centro Hospitalar Universitário do Porto, EPE	89 149 162 €
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	91 049 186 €
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E	50 214 505 €
Hospital Garcia de Orta, EPE - Almada	49 871 104 €
Centro Hospitalar Vila Nova Gaia/Espinho, EPE	47 349 381 €
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	40 098 283 €
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	41 414 122 €
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	43 840 001 €
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, EPE	43 072 857 €
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, EPE	46 747 200 €
Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE	31 006 599 €
SOMA (dívida total)	1 044 926 180 €

FONTE : Portal de transparência do SNS

A dívida total de 15 das 55 unidades de saúde do SNS somava já, em maio de 2021, o enorme valor de 1.044.926.180€. Como é que o governo pode dizer que está a dotar o SNS dos meios que ele necessita para defender a saúde dos portugueses, assegurar a recuperação económica do país e reduzir a dramática situação social se obriga o SNS a este enorme endividamento para continuar a funcionar com as dificuldades que são conhecidas? Se juntarmos a isto, **a saída de muitos dos melhores profissionais do SNS para o setor privado atraídos por melhores remunerações e melhores condições de trabalho o que está a criar graves problemas a muitos hospitais públicos**, já que o atual governo adiou mais uma vez a introdução da exclusividade com base numa carreira atraente e remunerações dignas para os profissionais de saúde, é-se levado a concluir que este governo, dominado pela obsessão do défice, o que está a fazer **objetivamente (não estou a avaliar intenções)** é contribuir para destruir o SNS e promover o negócio privado da saúde em Portugal que já é dominado por 5 grandes grupos (LUZ, CUF, LUSIADAS, TROFA e GHPA). **Quem tem a coragem na Assembleia da República de pôr um travão a esta destruição do SNS? É a questão final que aqui deixo para reflexão dos portugueses. Na discussão do OE-2022 ficará claro quem defende o SNS.** Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt- 3/7/2021